



Sobre adesões e críticas ao modelo de usuário racional em pragmática: o recurso à psicanálise
On adhesions and critiques to the rational model of language user in pragmatics: the appeal to psychoanalysis

Daniel do Nascimento e SILVA
(Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)

Paulo Sérgio de SOUZA JR.
(Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)

RESUMO

Este trabalho revisita a noção de usuário em vertentes anglo-americanas e continentais da pragmática linguística. Delineamos alguns dos pressupostos da ideia de usuário racional, defendida por filósofos como Paul Grice e John Searle, bem como algumas assunções da crítica a esse modelo, realizada por pragmaticistas de tradições continentais, discursivas ou brasileiras. Historicamente, identificamos, nas primeiras décadas da pragmática linguística (1980 e 90), um recurso frequente à psicanálise na desconstrução do modelo de usuário racional – diálogo que foi se tornando rarefeito nas décadas seguintes. Aventamos que a possível natureza dessa atual recusa encontra-se numa interpretação equivocada de que a psicanálise seja uma teoria do indivíduo, ao passo que a pragmática seria uma teoria da sociedade. Apontamos, finalmente, para a premência do diálogo entre pragmática e psicanálise, sobretudo porque os campos têm compartilhado uma vigorosa crítica ao indivíduo intencional.

Palavras-chave: *Pragmática; psicanálise; usuário; intenção.*

ABSTRACT

This paper revisits the notion of user in both Anglo-American and Continental Pragmatics. We delineate some of the assumptions under the idea of rational user; as philosophers such as Paul Grice and John Searle have proposed it, in addition to other premises within the critique to this model, as pragmaticists in Continental, discursive or Brazilian traditions undertake it. We've identified historically that in the first decades of linguistic pragmatics (1980 and 90), continental pragmatics did frequently resort to psychoanalysis in deconstructing the rational user – a type of dialogue that would become less and less prominent in the decades to come. We suggest that the possible reason for such a refusal lies in a misinterpretation of psychoanalysis as a theory of the individual versus pragmatics as a theory of society. We then gesture at the urgency of the dialogue between pragmatics and psychoanalysis, for both fields have shared a vigorous critique to the intentional individual.

Key-words: Pragmatics; Psychoanalysis; user; intention.

1. A pragmática é a ciência do usuário

A noção de 'usuário' figura, na maioria das vertentes da pragmática, como o "próprio" desse recente e heterogêneo campo¹. Numa definição enciclopédica de pragmática linguística como um empreendimento interdisciplinar nos estudos da linguagem – e que poderíamos, *grosso modo*, afirmar ter surgido em 1977, juntamente com a criação do *Journal of Pragmatics* (Haberland & Mey, 1977) –, Jacob Mey (1994:3266) afirma que parece garantido dizer que a maior parte das definições do campo vem sendo inspirada pela de Charles Morris, segundo a qual a pragmática seria “o estudo da relação dos signos com os intérpretes” (Morris, 1938: 6). Ora, se trocarmos o termo 'intérprete' pelo termo técnico contemporâneo ('usuário'), segue que é precisamente a relação desse usuário com os signos que viria a distinguir a pragmática dos outros dois elementos da tríade de Morris, a saber: a *semântica*, que

1. Este texto é uma etapa de um diálogo entre um pragmaticista e um psicanalista, ambos com formação linguística, sobre o modo como a pragmática vem se apropriando de (e descartando) elaborações sobre o sujeito (ou usuário) gestadas na psicanálise. Uma outra versão desta reflexão se encontra em processo de redação pelos autores.

cuidaria “das relações entre os signos e os objetos correspondentes”, e a *sintaxe*, que cuidaria das “relações formais dos signos entre si” (Morris, 1938: 7). A dimensão *pragmática* trazia, portanto, desde sua primeira formulação, o usuário como elemento definidor.

Mas como é definido esse usuário da pragmática? Num voo panorâmico por sobre as quatro décadas do campo, verificamos que não há uma definição uníssona sobre a condição do usuário de língua – o que é um tanto óbvio dada a amplitude da pragmática, um campo fronteiro e híbrido com relação a outros empreendimentos como a sociologia, a antropologia, a filosofia, a psicologia etc., e ainda um campo repleto de divisões internas. Mira Ariel, por exemplo, situa, em um manual recente (Ariel 2010), a pragmática como um empreendimento heterogêneo, ou “pragmática grande tenda” – uma área que viria a abrigar, já na sua terminologia, divisões de trabalho entre pragmaticistas que caberiam em dicotomias tais como ‘solucionadores de problemas’ e ‘caçadores de fronteiras’, ‘cognitivos’ e ‘sociais’, ‘anglo-americanos’ e ‘continentais’.

Reconhecendo o risco dos rótulos, gostaríamos de discutir neste texto, de forma preliminar e não conclusiva, um problema que emerge da crítica ao modelo de usuário racional – defendido, com diferentes nuances, por autores como Grice (1989), Searle (1983), Levinson (1983 e 2000) e Sperber & Wilson (1995) – feita por autores praticantes daquela que poderíamos chamar de pragmática continental ou discursiva – e.g., Talbot (1987), Rajagopalan (1996), Mey (2001) e Silverstein (2003). O problema pode ser formulado da seguinte forma:

Autores da tradição analítica em filosofia e pragmática têm, por assim dizer, aderido ao modelo de linguagem e usuário proposto pelo filósofo Paul Grice (1989). Na proposta de Grice, quando dois ou mais usuários interagem por meio de signos linguísticos perceptíveis (i.e., quando ‘conversam’, para usarmos o termo griceano), eles ou elas visam a “uma troca de informações maximamente efetiva” (p.88). Perceba que o vocabulário usado por Grice é de ordem econômica: falantes e ouvintes engajam-se numa conversa com o fim último de realizarem uma *troca* comunicativa com a maior eficácia possível. Tais usuários, posicionados a partir do vocabulário econômico do pensamento liberal, são, ainda, tidos como *racionais*: “falar”, afirma Grice, “é

um tipo de ação intencional, portanto racional” (p. 88). Grice defende ainda que os falantes, em sendo racionais, seguem um princípio geral e universal de cooperação – batizado pelo filósofo como Princípio de Cooperação –, que norteia os ouvintes num tipo de *compreensão pragmática*. Dito isso, a partir do princípio de cooperação e de suas quatro máximas inspiradas por Kant – seja verdadeiro (qualidade), seja relevante (relação), seja breve (quantidade) e seja preciso (modo) –, o ouvinte seria capaz de reconhecer tanto o significado convencional do que o falante enunciou (o significado da sentença) quanto o significado conversacional, calculado a partir do reconhecimento, naquilo que o falante implicou, sugeriu ou implicou, de sua intenção prévia (o significado do falante). Para usarmos um exemplo de Grice, suponha que, numa troca conversacional, os falantes *A* e *B* “falam sobre um amigo de ambos, *C*, que agora trabalha num banco. *A* pergunta a *B* como *C* está se saindo em seu trabalho, e *C* responde, *Ah, muito bem, eu acho; ele gosta dos seus colegas, e ainda não foi preso*” (p. 24). Há na resposta de *B*, nos termos do modelo proposto por Grice, uma disjunção entre o significado da sentença e o significado do falante: *B* diz algo (i.e., enuncia uma sentença com sentido e referência, no sentido fregeano) que não pode ser perfeitamente calculado a partir de uma noção puramente semântica de significado, porque o que *C* diz (‘ele ainda não foi preso’) é diferente do que ele *implicou* (e.g., “*C* é o tipo de pessoa que sucumbe às tentações oferecidas por sua profissão, os colegas de *C* são muito desagradáveis e desleais etc.” (Grice, 1989: 24). *B*, nos termos de Grice, não precisaria inquirir o que *A* quis dizer, uma vez que, contextualmente, ele pode reconhecer a intenção de seu parceiro a partir do cálculo do (des)cumprimento das máximas. *A* teria, assim, respeitado as máximas da qualidade (verdade) e modo, ao passo que teria violado as máximas da relevância e da quantidade, ao oferecer um dado aparentemente irrelevante em relação à resposta esperada e, ao mesmo tempo, menos informação do que o necessário para o dado suposto irrelevante. Assim, reconhecer intenções mentais inobserváveis (Silverstein, 2003), previamente definidas e perfeitamente circunscritas, e agir racionalmente são, para esse modelo de comunicação, sinônimos².

2. Defensor de um racionalismo ideal-chomskyano em pragmática, Asa Kashner (1994) explica que o uso de atos de fala é racional. As regras de uso dos atos de fala, para o autor, envolvem um cálculo racional de menor custo nos meios empregados na elocu-

Como crítica a essa visada, autores e autoras de vertentes discursivas, continentais e brasileiras da pragmática têm criticado precisamente o racionalismo que subjaz à proposta de Grice para o uso da linguagem. Michael Silverstein chama atenção, por exemplo, para os “olhos cartesianos” (2003: 197) dos praticantes da pragmática linguística que defendem “intenções mentais não-observáveis” (p.201) como o centro de gravidade da significação pragmática. *Grosso modo*, o modelo de significação desses pragmaticistas continentais ou brasileiros, críticos da ideologia linguística liberal-individual de Grice e seus seguidores, tem sua base em uma visão social do significado e da ação dos usuários individuais. Kanavillil Rajagopalan (2005), em artigo para o então iniciante periódico *Intercultural Pragmatics*, sumariza bem a postura dos pragmaticistas continentais por meio de duas perguntas. Se a indagação dos neogriceanos era:

Como o falante individual mobiliza o seu conhecimento da língua na atividade de realizar tarefas da vida real? (p. 95)

A indagação dos pragmaticistas continentais passava a ser:

Como tais circunstâncias como a estrutura da sociedade, a rede de relações de poder inscritas nela, as pressões para a mudança vindas de dentro e de fora etc. impactam o uso da língua em dados momentos históricos? (p. 95)

Perceba-se que a segunda pergunta desloca o foco de atenção do *indivíduo* para a *sociedade*. Esse deslocamento tem a ver com a própria busca por uma pragmática “socialmente relevante”, que aborde “as necessidades da sociedade nos estudos da linguagem” (Haberland & Mey, 1977: 8).

ção, para a obtenção do maior benefício nos fins alcançados. Em suas palavras, eis a explicação liberal-econômica para a racionalidade no uso de atos de fala (intencionais): “A racionalidade de atos intencionais é a adequabilidade dos meios empregados para os fins desejados. Idealmente, dado um fim desejado, um agente opta por um ato que, para o seu maior benefício, obtém tal fim de modo mais efetivo e pelo menor custo (...). Da mesma forma, dado um fim desejado que pode ser obtido apenas por algum ato de fala, um falante racionalmente ideal opta por um ato de fala que, para o melhor da sua crença, obtém aquele fim de forma mais efetiva e por um custo menor possível, *ceteri paribus*. Este é um Princípio de Racionalidade (...) da atividade linguística, que presumivelmente se aplica qualquer falante ordinário” (Kasher 1994:3281).

Nosso problema situa-se justamente num aspecto da crítica continental ou brasileira à pragmática analítica anglo-americana. No delineamento do perfil de um usuário mais coerente com a ênfase no social, houve momentos em que pragmaticistas dessa tradição evocaram traços de um sujeito mobilizado pela psicanálise (tal como originalmente pensada por Sigmund Freud, retomada por Jacques Lacan ou, mais atualmente, relida por Slavoj Žižek). Nossa posição é que essa evocação – no campo da vertente continental, discursiva ou brasileira da pragmática – de elaborações sobre o sujeito advindas do pensamento psicanalítico indica, ao mesmo tempo, duas coisas: (1) há uma insatisfação, pelo menos na tradição continental/discursiva/brasileira, com o princípio de racionalidade que norteia o cânone do campo da pragmática; (2) essa evocação, por parte de autores continentais ou brasileiros (mesmo alguns da tradição anglo-americana), não é tranquila: a *necessidade* de um modelo alternativo de usuário e a consequente importação de conceitos oriundos da psicanálise são muitas vezes atravessadas por *conflitos* ideológico-institucionais de várias ordens.

A referência à psicanálise, nesse contexto, viria sobretudo como uma ferramenta a mais para mostrar que uma reflexão não pautada pelo sujeito cartesiano é, além de possível, desejável nos domínios da pragmática. A despeito dessa leitura sobre as relações entre psicanálise e crítica ao cartesianismo – crítica esta que nos parece questionável, se o seu intuito for o de marcar uma independência radical da primeira com relação ao segundo³ –, nosso enfoque privilegiará, neste artigo, pensar a recusa de uma abordagem dita racional (atrelada a esse sujeito dito cartesiano) e, a partir disso, a necessidade de repensar o estatuto do usuário de língua como objeto privilegiado da pragmática.

O fluxo da importação de conceitos psicanalíticos pela pragmática merece uma análise crítica. Como veremos a seguir, embora a pragmática iniciante dos anos 1980 fizesse frequentes referências à psicanálise – seja para criticar o modelo racional, seja para desenvolver noções no próprio campo da pragmática –, nas décadas seguintes, a pragmática

3. Bastaria lembrar a afirmação de que “o sujeito sobre quem operamos em psicanálise só pode ser o sujeito da ciência” (Lacan 1965/1998:873), num dos momentos em que Lacan está justamente falando do *cogito* em seu artigo que leva como título “A ciência e a verdade”.

que começava a amadurecer passou a fazer tais incursões com muito menos frequência. Queremos argumentar que, ao invés de jogar o bebê fora com a água do banho, pode-se adjudicar um para si. Dito de outro modo, em vez de impedir-se o trânsito de conceitos psicanalíticos para a pragmática, talvez seja o momento de a crítica ao modelo racional de pragmática problematizar a própria história do diálogo entre as disciplinas, sobretudo porque a psicanálise tem compartilhado com a pragmática uma vigorosa crítica ao indivíduo intencional.

Na reflexão que se segue, primeiramente apresentamos alguns trabalhos que elegemos como significativos das críticas dos anos 1980 e 1990, no interior da pragmática continental ou discursiva, ao usuário racional. Depois, revisitamos dois trabalhos, o de Stamenov (2003) e Kecses (2012), os quais tomamos como representativos da pragmática contemporânea (continental e anglo-americana, respectivamente), para a partir deles apontarmos a *possibilidade* e a *necessidade* de diálogo entre os modelos de usuário na pragmática e as reflexões psicanalíticas sobre o sujeito falante. Finalmente, aventamos algumas implicações, para a pragmática, advindas da importação de conceitos da psicanálise.

2. Críticas e deslizes sobre o usuário intencional

As diferenças entre o usuário da pragmática e o sujeito falante da psicanálise não deixaram de ser marcadas no âmbito das elaborações teóricas da primeira. Num dos primeiros manuais de introdução à pragmática, Stephen Levinson (1983) aponta as divergências entre o seu campo nascente e a velha psicanálise no que se refere à noção de usuário de língua, e isso já ao renegar a definição que Rudolf Carnap dá de pragmática. Para Levinson, afinal, dizer, como Carnap o fez, que a pragmática consiste em “investigações que fazem referência aos usuários da linguagem” (p.4) seria amplo demais, o suficiente para – equivocadamente, segundo ele – englobar as investigações freudianas sobre o lapso, por exemplo, enquanto que a pragmática trataria, no sentido griceano, dos “usuários racionais da língua” (Levinson, 1983: 276).

Uma postura como essa não deixaria de ser questionada por autores como Jacob Mey, que se empenha, numa resenha da obra pioneira de Levinson, em rebater essa noção de racionalidade:

Em outras palavras, os usuários da língua não são os falantes nativos privilegiados, mais ou menos autônomos, que a então iniciante gramática gerativa sonhou; eles também não são “os seres humanos normais, conscientes” aos quais Searle se referiu quando definiu as “circunstâncias normais” da língua-em-uso. (1969: 66, Cf. Levinson, 239) (Mey, 1987: 169).

E, noutro momento de sua crítica ao racional-cognitivismo – escrevendo então com Mary Talbot –, desaprova o modelo idealizado de usuário presente na teoria da relevância de Sperber & Wilson (1986) com base não apenas em evidências do cotidiano, mas também em elaborações advindas da própria psicanálise. Baseados em Grice, o antropólogo Dan Sperber e a linguista Deidre Wilson tomam uma máxima de Grice – seja relevante – e, num minimalismo *à la* Chomsky, generalizam essa máxima para todo o funcionamento cognitivo do agente humano, visto por sinal como um “dispositivo de processamento informacional” (Sperber & Wilson, 1995: 1)⁴. Usuários são, para Sperber & Wilson, verdadeiros autômatos, possuidores de um “dispositivo de dedução humano” (Sperber & Wilson, 1995: 97), regido pelo imperativo de, com o menor esforço possível, processar o máximo de informação. Mey & Talbot (1988) contrapõem ao modelo de comunicação inferencial proposto por Sperber & Wilson a noção freudiana de “trabalho psíquico”, que vai na direção contrária: quanto maior o esforço psíquico na realização de um trabalho, maior sua relevância.

Insatisfeitos, portanto, com o enquadre mecanicista dado por Sperber & Wilson ao usuário e às suas circunstâncias, Mey & Talbot (1988) buscam em Freud e em Lacan evidências atreladas a uma dimensão psíquica. Vejamos inicialmente como Sperber & Wilson concebem a contradição em seu modelo liberal-racional e depois a crítica baseada na psicanálise de Mey & Talbot. No melhor estilo liberal-econômico, Sperber & Wilson (1995: 93-117) desenvolvem um aparato formal-dedutivo que espelharia o dispositivo ou “módulo” humano de elaboração de hipóteses e deduções. O agente humano é tomado como “um organismo interessado em melhorar sua representação do mundo”

4. Apesar de a resenha de Mey & Talbot ser baseada na primeira edição de Sperber & Wilson (1986), basearemos nossas citações na segunda edição, de 1995, substancialmente similar à primeira.

(p.100-101). Seu aparato dedutivo visaria à elaboração de deduções de premissas, a partir das operações lógicas básicas de conjunção, negação, disjunção e implicação material. Além de realizar essas operações lógicas clássicas, o dispositivo computacional de deduções do organismo humano visaria à rejeição da repetição e da contradição. No trecho a seguir, Sperber & Wilson discutem a noção de “efeito contextual”, que seria justamente a soma (no sentido liberal-econômico?) de informações novas às já existentes no sistema:

A ideia intuitiva por trás da noção de efeito contextual é a seguinte. Modificar e melhorar [*to improve*] um contexto é ter algum efeito sobre aquele contexto – mas não se trata de qualquer modificação. Como vimos, a adição de nova informação que meramente duplica informação antiga não conta como um aperfeiçoamento [*improvement*]; nem a adição de nova informação que não seja relacionada à informação antiga. O tipo de efeito em que estamos interessados é um resultado da interação entre informação nova e antiga (Sperber & Wilson, 1995: 109).

Os sistemas computacionais de nossos cérebros, nos termos do vocabulário tecnológico-econômico-liberal de Sperber & Wilson, buscariam eliminar repetições e informações não-relacionadas ao dado. Uma informação contraditória seria um tipo especial de assunção nova e não-pertinente a ser rejeitada: “em nossa abordagem do dispositivo de dedução, dissemos que quando ele encontra uma contradição, ele para até que a contradição seja resolvida” (p. 114).

Basta um pouco de atenção à conversação cotidiana para percebermos que a repetição de premissas, e a eventual contradição entre elas, são mais comuns e produtivas do que um modelo como o de Sperber & Wilson pode prever. Na psicanálise, aliás, tanto a repetição quanto a contradição são não apenas fecundas, mas também indispensáveis ao trabalho analítico. Na lógica clássica, o princípio da não-contradição, proposto por Aristóteles, funciona como um de seus principais pilares. Segundo Aristóteles, uma vez que a não-contradição é o axioma mais básico das ciências, ele é necessário à possibilidade mesma de conhecer (Gottlieb, 2011). No entanto, a complexidade e os meandros de nossa práxis cotidiana, o *setting* analítico e a viagem de campo antropológica estão aí a demonstrar que termos contraditórios podem ser simultanea-

mente sustentados – com consequências não absolutamente negativas, acrescentaríamos⁵.

Mey & Talbot discutem um caso de violência doméstica, brutal em sua natureza, mas ultrajantemente plausível em relações violentas, como contraevidência à forma como o sistema dedutivo de Sperber & Wilson funciona. Se um marido bate em sua mulher, obviamente uma nova informação é adicionada ao “sistema”, a de que ele a odeia. Sperber & Wilson afirmam que “assunções baseadas em experiências perceptuais claras tendem a ser bastante fortes” (p.77). “Em vias de assassiná-la”, perguntam Mey & Talbot, “como o marido poderia ser mais claro?” (p.757). Mey & Talbot acrescentam que essa nova evidência contradiria uma anterior – a de que o marido ama a mulher.

5. No ensaio *O monolinguismo do outro, ou a prótese da origem*, Derrida (1998:1) enfrenta a lógica aristotélica ao sustentar simultaneamente as seguintes proposições contrárias: “Eu tenho apenas uma língua; ela não é minha.” Essa contradição lógica, expressa pela fórmula $p \ \& \ \sim p$ (do ponto de vista lógico, a conjunção de p e de sua negação ($\sim p$) apontaria para o falso), somar-se-ia ainda a uma segunda, de ordem pragmática, na medida em que Derrida projeta essa contradição para todos os usuários das línguas humanas. A contradição pragmática funcionaria mais ou menos como se Derrida estivesse “mentindo e, na mesma tacada, confessando a mentira” (p.3). Derrida se impõe diante da lógica aristotélica, baseada na oposição binária entre verdadeiro e falso, adotando uma postura performativa, à qual o verdadeiro e o falso não se aplicam, mas sim o infeliz ou o feliz (cf.: Austin, 1962). O filósofo argelino oferece seu próprio testemunho como um enfrentamento ao princípio da não-contradição. Ele nos conta que, em sua infância na Argélia, os judeus argelinos, que eram cidadãos franceses na situação colonial do país africano, foram, a partir do início da guerra entre França e Argélia em 1943, expropriados da nacionalidade francesa. Como eles, por não serem muçulmanos, não eram também argelinos, ficaram sem nacionalidade alguma por quase dois anos. “Estou falando de um grupo ‘comunitário’ (uma ‘massa’ somando dezenas ou centenas de milhares de pessoas), um grupo supostamente ‘étnico’ ou ‘religioso’ que se encontrou um dia destituído, como grupo, de sua cidadania por um estado que, com a brutalidade de uma decisão unilateral, se subtrai sem pedir a opinião do grupo, e sem o grupo ganhar de volta qualquer outra cidadania. Nenhuma outra” (Derrida 1998: 15). A língua francesa, assim, a única língua que lhe foi ensinada, não era a sua língua de “direito”, de “pertencimento”, “materna” ou qualquer outro termo que se aplique à condição monolíngue. Essa situação de simultânea posse e expropriação, pertencimento e não-pertencimento, para Derrida, não se resolve por uma lógica binária, mas sim por uma lógica performativa. Derrida toma seu testemunho como uma expressão performativa da violência colonial sofrida por ele próprio e por aquele grupo de judeus argelinos. E o projeta para a humanidade, dizendo “Eu sou o refém universal” – uma afirmação que não é um “acréscimo de informação”, à la Sperber & Wilson, mas sim “um testemunho que todos podem dizer de si e para si”. E as condições de verdade desse testemunho? “Basta ouvir-me”, diz Derrida.

Mas será que o sistema dedutivo da mulher “pararia” até a contradição ser resolvida?

Certamente questões sociais e psíquicas de várias ordens – em que modelos masculinistas de relacionamento e sociedade combinam-se com histórias pessoais e identificações complexas e multiníveis – estão presentes nessa cena de violência. E o caminho interpretativo da esposa seguramente não se traduz numa trajetória linear entre amar e odiar, ser e não-ser, com pausas racionais para um chá das 5 almejando a escolha de um dos dois elementos contraditórios. O fato é que esse caso de violência doméstica demandaria uma análise mais acurada e complexa do que as oferecidas aqui, por Mey & Talbot e por nós; gostaríamos, no entanto, de frisar que o caso ilustra a possibilidade de duas assunções contraditórias serem sustentadas simultaneamente. E é nos seguintes termos que Mey & Talbot (1988: 757) invocam a psicanálise como uma outra seara de pensamento sobre a contradição:

Talvez um bom teste para um novo modelo é ver como outros modelos podem ser conectados a ele. Como ficaria o modelo de Sperber & Wilson se tentássemos relacioná-lo ao conceito do inconsciente, e com teorias da mente em que negociação e repressão de contradições produzem indivíduos (...)? O inconsciente, de acordo com Lacan, é estruturado como uma linguagem, trabalhando com os princípios de condensação e deslocamento. Estas são muitas vezes manifestadas em parapraxes, ou ‘atos falhos’.

Mey & Talbot, assim, tomam a contradição como integrante da complexidade humana. Sua incursão em algumas formulações da psicanálise sinaliza que os usuários têm uma estrutura psíquica. Além disso, esse diálogo com a teoria psicanalítica não parece um mero recurso prático a um tipo de teoria-suporte contra a teoria da relevância: tratava-se justamente de apontar para a então iniciante pragmática a necessidade de uma compreensão social e psiquicamente mais *relevante* do “humano *todo*” (p. 772), sem simplesmente ignorar as rebarbas com as quais, sobretudo no campo da linguagem, muito se tem dificuldade em lidar – sejam elas o descompasso entre o falante e ele próprio, no retorno que tem da sua própria fala (e, assim, da sua “desunidade”), e as consonâncias entre individual e coletivo.

Três anos antes de Mey & Talbot, Silvana Borutti publica no *Journal of Pragmatics* um artigo cujo título, *Pragmatics and its discontents*, nos remete à versão inglesa do texto freudiano sobre o mal-estar na cultura (*Civilization and its discontents*), em que o autor discute justamente o fato de que a *humanidade* só se tornara possível devido ao papel controlador das pulsões e inclinações *individuais* exercido pela *cultura*. O artigo de Borutti consistia numa crítica ao palavreado das teorias pragmáticas da época, nas quais se podia observar, apontava ela, um “sujeito individual, perfeitamente equilibrado e autoconsciente” (p.439). Borutti questiona, assim, o princípio científico da pragmática, bem como de outras ciências do século XX, de se valer de “sujeitos individuais e sociedade” (p.438) como pressupostos ou, antes mesmo, pontos pacíficos – e, para tanto, baseia-se em formulações psicanalíticas e antropológicas sobre a *constituição* (e não meramente *verificação*) dos sujeitos nas trocas discursivas.

A desconstrução do modelo de usuário individual-intencional da pragmática feita por Borutti – ao dizer que “devemos analisar os sistemas de articulação simbólica e mediação a partir dos quais os sujeitos se submetem a seus discursos” (p. 445), ao invés de nos ocuparmos com idealizações – antecipa algumas críticas contemporâneas ao modelo de indivíduo intencional, e o faz sem temer a psicanálise. A posição da autora quanto à noção de “não-dito” ou implícito dominante na pragmática de então – e que para muitos, como Ariel (2010) e Wilson & Sperber (2012), é o cerne da pragmática atual – estabelece um quadro crítico de como o implícito é indício de constituição de interlocutores em uma complexa rede de ordens sociais.

Ainda na década de 1980, outro diálogo da pragmática com a psicanálise foi o trabalho realizado por Marcelo Dascal e Isidoro Berenstein. Ali, um pragmaticista e um psiquiatra dedicam-se à atividade de compreensão, delineando para tanto dois modos pelos quais ela se daria: *compreender* e *captar* (Dascal & Berenstein 1987). *Compreender* seria “apreender a intenção do falante ao proferir tais palavras em tal contexto (determinando o ‘significado do falante’)” – uma forma de os usuários de uma língua entenderem os seus pares ao seguirem, e.g., as regras pragmáticas descritas por Grice (1989) –, ao passo que *captar* envolveria a capacidade de o ouvinte entender quais regras devem ser seguidas – um tipo de apreensão e enquadramento,

que, como tais, ultrapassariam o nível intencional. Para descrever esse modo de apreensão, Dascal & Berenstein se valem, dentre outras coisas, do vocabulário psicanalítico (narcisismo, transferência etc.), afirmando que suas incursões na pragmática e na psicanálise se encontram “no nível fenomenológico/experiencial da análise de trocas comunicativas” (p. 148).

Ao levantar a hipótese de que a “linguagem desempenha um papel” nos processos “*inconscientes*” e “*conscientes*” (1985:105), já num texto anterior – a revisitando os trabalhos de Freud sobre os sonhos e os chistes –, Dascal (e depois, com seu colega de trabalho, Berenstein, em 1987) se aventura(m) numa empreitada dali em diante cada vez menos identificável nos artigos e livros de pragmática dos anos seguintes: investigar a “condição humana” (Dascal & Berenstein, 1987: 149) não como reivindicação de um racionalismo, em suas múltiplas feições liberais e cartesianas, conforme nossa discussão até aqui; mas sim como um espectro de ações muito diversificado em que nos engajamos de forma “bastante mundana e trivial [em] nosso uso diário da língua” (p. 148). Conceber o agente humano numa visada mundana e cotidiana é, aliás, uma empreitada comum a algumas formas de se fazer pragmática contemporaneamente, bem como sempre foi algo caro a Freud e Lacan.

Kanavillil Rajagopalan é um dos poucos contraexemplos da regra que identificamos. O autor dedicou muitos trabalhos (em especial Rajagopalan, 2000) a criticar aquela que ele chamou “leitura oficial” de Austin – empreendida sobretudo por John Searle –, que teve como objetivo “domar” o pensamento rebelde do filósofo inglês, adequando-o ao cânone racionalista da filosofia analítica, em que a figura do usuário racional ou cartesiano que temos criticado ocupa um lugar central. Se a tradição cartesiana em pragmática concebeu o racionalismo do usuário tanto pela natureza intencional de seu pensamento como pela premissa de um inatismo modular chomskyano (Cf.: Sperber & Wilson, 2012), essa tradição seria, para Rajagopalan, “cartesiana” ainda num terceiro sentido: ela, a tradição pragmático-intencional, seria cartesiana ou racional também no sentido de advogar que a linguagem é imaterial ou desencarnada – a linguagem seria assim pensada como feita de “conceitos”, aponta ele, como “entes de pura cognição (ou “intelecção”, para lembrar o termo em voga nos outros tempos), desvinculados,

portanto, de qualquer materialidade que seria própria às palavras que se encarregam de veiculá-los” (Rajagopalan, 1996: 111).

A pragmática anglo-americana e a linguística de forma ampla, afirma o autor, ao penderem para o cartesianismo, preterem a dimensão material da linguagem. Na contraposição de Rajagopalan à leitura oficial de Austin – pautada pela “vontade humana” e pelas “intenções (e pretensões) conscientes” – emerge um interessante diálogo com a psicanálise, ecoando o fato de que o usuário, entrevistado a partir dessa crítica ao usuário cartesiano ou racional, seria não um sujeito *da língua*, mas um sujeito *à língua* (Souza Jr., 2012: 31); um sujeito ancorado nas práticas cotidianas e não autônomo em relação a essas práticas e à estrutura de seu inconsciente⁶. Desse modo, o usuário pensado por Rajagopalan (1996: 113) perdeu, por um lado, a caução que o *cogito* lhe oferecia e, por outro, “toda a esperança de ‘ancorar’ a linguagem em qualquer espécie de significado transcendental”.

Não se pode negar que com Borutti (1984), Dascal (1985), Mey (1987), Dascal & Berenstein (1987), Mey & Talbot (1988) e Rajagopalan (1996) vemos um momento da teorização “continental” em pragmática no qual, nas décadas de 1980 e 1990, houve quem se dispusesse a dialogar com uma perspectivação mobilizada pela psicanálise. Ao final da década de 1990, portanto, era de se esperar um maior frequentamento entre tais disciplinas; e, de fato, é em 1998 que assistimos à publicação da primeira enciclopédia do campo (*Concise Encyclopedia of Pragmatics*, editada por Jacob Mey 1998) – um volume que apresentaria, não por menos, verbetes como “Double Bind”, “Freud and language”, “Freud, Aphasia and Parapraxis” e “Psychoanalysis” e, na seção de biografias de pensadores que influenciaram o campo, a uma nota biográfica sobre Lacan. Mas os anos 2000 seriam bastante diferentes. Avancemos.

3. O quadro contemporâneo da pragmática

No início dos anos 2000, Maxim Stamenov publicaria no *Journal of Pragmatics* uma resenha crítica desse volume (Stamenov, 2003), em

6. Lembrando que, nas palavras de Lacan ([1964]1998:27), “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”.

que propõe – para além de Chomsky e Freud como pais da disciplina! – um mito fundador da pragmática. Eis a descrição bem-humorada que Stamenov (2003:266) faz do quadro de fundação da pragmática linguística:

Para uma visualização, imagine alguns dos fundadores e progentitores da pragmática – John Searle, Paul Grice, Harvey Sacks, Emanuel Schegloff, Erving Goffman, Mikhail Bakhtin, Jacques Lacan, Roman Jakobson, Ferenc Kiefer, Michel Foucault, Petr Sgall e Jacob Mey entre outros – sentados juntos em uma enevoadá tarde de primavera em 1968 em um dos pubs antigos de Praga, tomando cerveja e falando sobre questões fundacionais do uso da língua, estando ao mesmo tempo envolvidos por agentes anônimos do FBI, KGB, STASI, MI5, MOSAD etc. Os agentes não estavam nem um pouco interessados nos destinos da pragmática, no entanto. Eles estavam ocupados se preparando para o quente verão de 1968 em Praga e Paris, dentre outras cidades.

Lá, num pub imaginário em Praga durante o fim da primavera e o início do verão de 1968, os magos da pragmática linguística, supostamente, testemunharam o seu miraculoso nascimento. Podemos pedir a um artista para pintar para nós uma representação a óleo numa tela dessa agremiação de pragmática e fixar em uma visualização oficialmente sancionada o início do movimento pragmático.

Note que Lacan figura, nesse quadro, ao lado de reconhecidos pragmaticistas da tradição anglo-americana (John Searle, Paul Grice) e da tradição continental (Jacob Mey, Roman Jakobson e o próprio Michel Foucault), bem como de sociólogos e etnometodólogos anglo-americanos como Erving Goffman e Emanuel Schegloff e linguistas europeus como Petr Sgall e Mikhail Bakhtin. Significativamente, no início dos anos 2000, quando Stamenov publicou sua resenha, a história da pragmática era reivindicada, pelo menos em parte, como tendo uma herança psicanalítica.

Na insuficiência de um modelo intencional-racional, Stamenov aponta para a pertinência do diálogo com teorias que considerem o fato de que o usuário tem uma estrutura psíquica, embora ainda não se tenha “conseguido encontrar uma conexão de base entre [Freud] e a saga pragmática” (Stamenov, 2003:274-5) – o que é evidenciado, acreditamos, sobretudo por certas apropriações que seriam feitas de conceitos psicanalíticos com a finalidade de tirar consequências diametralmente

opostas ao campo freudiano. István Kecskés (2012), por exemplo, atual editor do *Intercultural Pragmatics*, procurando situar o atual estado da teorização em pragmática, recorre à psicanálise para delinear um modelo de usuário que não se valha apenas do estatuto de ouvinte, mas também do estatuto de falante; porém, ao discutir quem são aí os agentes, o autor chega a afirmar que, para “nos aproximarmos do *que exatamente o falante quis dizer*”, seria preciso “ir além do enunciado rumo ao segmento dialógico e discursivo” (Kecskés, 2012: 283, grifo nosso), supondo, minimamente: (1) que é possível apreender ao *exato dizer* de alguém, (2) que o falante *utiliza* a língua enquanto *instrumento de comunicação* e (3) que um “significado real” (Kecskés, 2012: 295) é, para além de concebível, alcançável – e isso para não mencionar que, se “os interlocutores deveriam ser considerados ‘indivíduos completos’” (Kecskés, 2012: 284), não podemos tomar irrefletidamente a noção de completude no âmbito do simbólico; ao menos não depois de todo o corolário das reflexões no campo da filosofia e da lógica matemática (Le Gaufey, 1996).

E vai ter sido nesse misto de demanda e receio que o recurso dos pragmaticistas continentais à psicanálise – vigoroso nos anos 1980 e cada vez mais escasso nos anos seguintes – cessa na segunda edição da *Concise Encyclopedia*, de 2009, em vez de aprofundar o diálogo já existente na primeira: as referências psicanalíticas foram suprimidas.

Em todo caso, não se pode fugir à questão de que o usuário nas tradições anglo-americana e continental é concebido de modo radicalmente diferente: se modelos teóricos como os de Grice, Searle e Sperber & Wilson tomam o usuário racional como um axioma e a sociedade como mero agregado de indivíduos, o modelo continental de autores como Mey e Rajagopalan toma o usuário e a sociedade de modo dinâmico e não apriorístico. De certo modo, então, é inescapável o fato de que a pragmática continental pensa os limites da ação do usuário *a partir* das possibilidades que essa própria *sociedade* – ou o contexto, pensado espacial e temporalmente na obra recente de Mey (2014) – estabelece; e, com isso, talvez a exclusão dos verbetes denuncie um movimento de reforço e delimitação da primazia do social nesse modo de pensar a pragmática⁷.

7. Atentemos para o fato de que verbetes como “Paulo Freire” e “Emancipatory Linguistics” permaneceram na segunda edição da enciclopédia.

Mas se Freud pôde escrever *Totem e tabu* (1913), *Psicologia das massas e análise do eu* ([1921] 2013), *O homem Moisés e a religião monoteísta* (1934-38/1939), o sujeito tal qual entendido na psicanálise prescinde do coletivo? Se, ao falar do *Chiste e sua relação com o inconsciente*, Freud intitula um dos capítulos “Os motivos dos chistes. Chistes como processo social”, estaria ele tão alheio ao sujeito em seu mundo, sua vida em grupo e suas circunstâncias? A questão da massa [al., *Masse*] é tão presente em Freud que inclusive o esquecimento de palavra e o sonho – de foro individual, diríamos, numa primeira abordagem pautada pelo senso comum –, ganham com a psicanálise a oportunidade de serem sopesadas na balança do coletivo; é o que nos mostra Érik Porge em seu livro sobre a transmissão da clínica psicanalítica, num capítulo intitulado, não por acaso, “Outras multidões” (Porge [2005]2009). Ao que parece, então, o diálogo entre pragmática e psicanálise guarda importantes vínculos históricos e conceituais e pode – através da manutenção de tensões produtivas – gerar modelos mais sofisticados do usuário e sua ação em sociedade. Entretanto, esse diálogo possível e necessário convoca uma leitura da psicanálise que não busque aplainá-la, desbastá-la, fazê-la dividir com Austin as agruras de uma leitura “domada” que tenha como principal consequência uma mitigação dos efeitos perante os impasses da linguagem.

4. Considerações finais

É provável que a principal razão para a diminuição do diálogo com a psicanálise em teorias pragmáticas contemporâneas, sobretudo continentais, seja a interpretação, equivocada, de que a psicanálise seria uma teoria do indivíduo, ao passo que a pragmática (ao menos a continental ou discursiva) se preocuparia com a sociedade.

Permitindo-nos aqui um exemplo cotidiano, invocamos, assim como Stamenov, uma cena em um pub, em Berkeley, quando um dos autores (D. Silva), no outono de 2012, confessou a Raphaele Rabanes, uma doutoranda em antropologia, que via problemas em continuar lendo psicanálise, pois queria dar uma guinada social em seu próprio trabalho como pragmaticista. Raphaele escutou calmamente, tomou mais um gole de sua cerveja e rebateu: “mas a psicanálise não pensa o indivíduo desvinculado da sociedade. A constitutividade dos dois é

recíproca” – afinal, para uma antropóloga seria um tanto contraditório reivindicar um usuário da linguagem fora do laço social; ademais, seu trabalho de campo na América Central evocava questões psicanalíticas, e para ela era impossível privilegiar o usuário em detrimento das condições sociais em que ele vive.

Acreditamos que o usuário, suas metáforas e seus desdobramentos precisam ser mais discutidos em nossos trabalhos: metáforas como usuário racional, usuário cartesiano ou usuário ideal não têm convencido. E pensando em termos metafóricos, cumpre notar que o termo técnico em pragmática para ‘sujeito’ é homônimo do que empregamos para nos referir àquele que consome narcóticos; e tal qual o usuário de drogas, o usuário de língua também parece estar preso numa rede parecida: ambos são adictos a substâncias que influenciam as suas tomadas de decisão, e sem as quais suas circunstâncias e ações não são sequer interpretáveis. É claro que uns podem tentar se ver livres de seu vício a partir de certos protocolos – não menos linguísticos! –, enquanto outros parecem poder caminhar com maior ou menor liberdade, a depender da situação, dentro da rede que não apenas prende, mas que também lhes oferece certos caminhos.

Isso nos coloca frente à questão da pretensa isenção do pragmaticista como analista da ação linguística do usuário – metalinguagem como exterioridade da linguagem? – que se quereria exaltar para o bem da análise. Assim, antes de mais nada, o pragmaticista precisa ser visto, ele mesmo, como um usuário de língua, a ela sujeito – alguém que, fundamentalmente, tem de lidar com perdas (inclusive a de si mesmo). Por fim, poderíamos dizer que o sucesso teórico e ético da análise do pragmaticista tenderia a ser maior quanto mais reconhecível para si for o próprio lugar que, enquanto usuário, ocupa frente à linguagem sobre a qual se debruça, e que sobre si tem efeitos dos quais não necessariamente se tem ciência.

Recebido em janeiro de 2014
Aprovado em fevereiro de 2015
E-mails:
dnsfortal@gmail.com
contra_sujeito@yahoo.com.br

Referências bibliográficas

- ARIEL, Mira. 2010. *Defining Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- AUSTIN, John. 1962. *How to do things with words*. Harvard: Harvard University Press.
- BORUTTI, Silvana. 1984. Pragmatics and its discontents. *Journal of Pragmatics* 8:437-447.
- DASCAL, Marcelo. 1985. Language use in jokes and dreams: Sociopragmatics vs. psychopragmatics. *Language & Communication* 5(2):95-106.
- DASCAL, Marcelo & BERENSTEIN, Isidoro. 1987. Two modes of understanding: Comprehending and grasping. *Language & Communication* 7(2): 139-151.
- DERRIDA, Jacques. 1998. *Monolingualism of the Other, or The Prosthesis of Origin*. Trad. Patrick Mensah. Stanford: Stanford University Press.
- FREUD, Sigmund. 1905. *Der Witz und seine Beziehung zum Unbewußten* [O chiste e sua relação com o inconsciente]. Frankfurt: Fischer Taschenbuch-Verlag, 1986.
- _____. 1913. Totem und Tabu [Totem e tabu]. In: Anna Freud (ed.). *Gesammelte Werke*, vol. IX. Londres/Frankfurt: Imago Publishing Co. pp. 3-195.
- _____. 1921. *Psicologia das massas e análise do eu*. Tradução de Renato Zwick. São Paulo: L&PM, 2013.
- _____. 1934-38/1939. Der Mann Moses und die monotheistische Religion [O homem Moisés e a religião monoteísta]. In: S. Freud. *Gesammelte Werke*, vol. 16. Londres/Frankfurt: Imago Publishing Co., 1993.
- GOTTLIEB, Paula. 2011. Aristotle on Non-contradiction. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Edward N. Zalta (ed.), <<http://plato.stanford.edu/archives/sum2011/entries/aristotle-noncontradiction/>>.
- GRICE, Paul. 1989. Logic and conversation. In: *Studies in the way of words*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.
- HABERLAND, Hartmut and MEY, Jacob L. 1977. Editorial: Pragmatics and linguistics. *Journal of Pragmatics* 1 (1): 1-12.
- KASHER, Asa. 1994. Pragmatics and rationality. In: Asher, R.E. & Simpson, J. M. Y. (orgs.). *The encyclopedia of language and linguistics*. Oxford: Pergamon. pp. 3280-3282.
- KECSKES, István. 2012. Is there anyone out there who really is interested in the speaker? *Language and dialogue* 2(2):283-297.

- LACAN, Jacques. 1964. *O seminário*, livro 11 [Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise]. Tradução de M.D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LE GAUFEY, Guy. 1996. *L'incomplétude du symbolique: de René Descartes à Jacques Lacan*. Paris: EPEL.
- LEVINSON, Stephen. 1983. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. 2000. *Presumptive meanings: The theory of generalized conversational implicature*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- MEY, Jacob. 1987. The dark horse of linguistics: Two recent books on pragmatics. *Acta Linguistica Hafniensia* 20:157-171.
- _____. 1994. Pragmatics. In: Asher, R.E. & Simpson, J. M. Y. (orgs.) *The encyclopedia of language and linguistics*. Oxford: Pergamon. pp. 3260-3277.
- _____. (ed.). 1998. *The concise encyclopedia of pragmatics*. Amsterdam: Elsevier
- _____. 2001. *Pragmatics: An Introduction*. 2.ed. London: Blackwell.
- _____. 2014. Sequencialidade, contexto e forma linguística. Trad. Ivo Brunelli. In: SILVA, Daniel; FERREIRA, Dina & ALENCAR, Claudiana (orgs.). *Nova pragmática: modos de fazer*. São Paulo: Cortez.
- MEY, Jacob & TALBOT, Mary. 1988. Computation and the soul. *Journal of Pragmatics* 12:743-789.
- MORRIS, Charles. 1938. *Signs, language and behavior*. Nova York: George Braziller, Inc.
- PORGE, Erik. 2005. *Transmitir a clínica psicanalítica: Freud, Lacan, hoje*. Trad. V. Veras, P. S. Souza Jr. Campinas: Ed. da Unicamp, 2009.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. 1996. O Austin do qual a linguística não tomou conhecimento e a linguística com a qual Austin sonhou. *Cadernos de Estudos Linguísticos* 30:105-115.
- _____. 2000. On Searle (on Austin) on language. *Language and Communication* 20:347-391.
- _____. 2005. Linguistic Pragmatics: A discipline bedeviled by its own history? Implications for intercultural studies. *Intercultural Pragmatics* 2(1):93-97.
- SEARLE, John. 1983. *Intentionality: An Essay in the Philosophy of Mind*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SILVERSTEIN, Michael. 2003. Indexical order and the dialectics of the sociolinguistic life. *Language and Communication*, 23:193-229, 2003.
- SOUZA JR., Paulo Sérgio de. 2012. *O fluxo e a cesura: um ensaio em linguagem, poesia e psicanálise* [Tese de doutorado]. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

- SPERBER, Dan & Deidre Wilson. 1986. *Relevance: Communication and Cognition*. 1.ed. London: Blackwell.
- _____. 1995. *Relevance: Communication and Cognition*. 2.ed. London: Blackwell.
- STAMENOV, Maxim. 2003. Quo Vadis, pragmatics? Alternative conceptions in making sense of a heterogeneous discipline. *Journal of Pragmatics* 35:263-297.
- TALBOT, Mary. 1987. The pragmatic analysis of presuppositional phenomena in Levinson's Pragmatics. *Acta Linguistica Hafniensia* 20:173-187.
- WILSON, Deidre & SPERBER, Dan. 2012. *Meaning and relevance*. Cambridge: Cambridge University Press.